

Percepções e Práticas sobre o Acesso Aberto e o Pagamento de Taxas de Processamento de Artigos no Brasil*

André Luiz Appel¹

¹Tecnologista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Brasília, DF, Brasil.

✉ E-mail: andreappel@ibict.br  ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9608-803X>

Tatiane Pacanaro Trinca²

²Analista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Brasília, DF, Brasil.

✉ E-mail: tatiane.pacanaro@capes.gov.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3345-5699>

Larissa de Araújo Alves³

³Tecnologista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Brasília, DF, Brasil.

✉ E-mail: larissaalves@ibict.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4757-1674>

Nathaly Cristine Leite Rocha⁴

⁴Tecnologista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Brasília, DF, Brasil.

✉ E-mail: nathalyleite@ibict.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5777-753X>

Sarita Albagli⁵

⁵Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGI-Ibict). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

✉ Email: sarita@ibict.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0030-8964>

DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2026.69.1.404>

Disponibilidade de dados - Os dados utilizados nas análises foram disponibilizados publicamente no Zenodo (<https://doi.org/10.5281/zenodo.16414892>), exceto as variáveis cuja divulgação pode comprometer o anonimado dos participantes. O artigo, contudo, passou pela editoria de replicabilidade da Revista DADOS.



*A pesquisa contou com apoio do Global Research Institute of Paris, Idex Université Paris Cité, France (ANR-18-IDEX-0001); da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE)); e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Projeto 164/2022-19).

Resumo

Percepções e Práticas sobre o Acesso Aberto e o Pagamento de Taxas de Processamento de Artigos no Brasil

O artigo investiga as práticas de publicação em acesso aberto e percepções de pesquisadores no Brasil a respeito do pagamento de taxas de processamento de artigos. A partir de uma abordagem cientométrica, no escopo dos estudos sociais da ciência, analisa-se como transformações nos modelos de negócio de publicação científica podem repercutir na organização de grupos ou práticas científicas, bem como influenciar políticas públicas de financiamento em ciência e tecnologia. No Brasil, o questionário foi enviado a 15.426 bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com um total de 6.288 respostas (taxa de participação de 40,71%). Como principais resultados, observa-se: a preferência pela publicação em acesso restrito nas Ciências Agrárias e da Saúde, e por pesquisadores dos níveis mais elevados da bolsa PQ; a posição favorável ao acesso aberto como princípio, mas um equilíbrio relativo de percepções favoráveis e desfavoráveis quanto ao pagamento por taxas como forma de publicar em acesso aberto, exceto nas áreas de Humanidades e Ciências Sociais, que demonstraram preferência acentuada pelo modelo de acesso aberto diamante, que engloba periódicos científicos livres de quaisquer taxas.

Palavras-chave: acesso aberto; comunicação científica; periódicos científicos; taxas de processamento de artigos; Brasil

Abstract

The Perception and Practices about Open Access and Article Processing Charges in Brazil

This article investigates open-access publication practices and perceptions regarding article processing charges paid by researchers in Brazil. Within the scope of social studies of science and scientometrics, the study examines how the business models of scientific publishing could affect the organization of scientific groups and practices, as well as public policies on science and technology. In Brazil, a questionnaire was sent to 15,426 researchers in the research productivity category, a type of grant provided by the Brazilian National Council for Scientific and Technological Development, resulting in a total of 6,288 participants (with a response rate of 71%). We observed that researchers in areas such as Agricultural and Health Sciences still prefer publishing in paywalled journals, as do researchers from the highest tiers of research productivity grants. The results indicate that open access is valued as a principle, but they also reveal contradictory percep-

tions regarding article processing charges, except in the Humanities and Social Sciences, which showed more support for diamond open access, encompassing scholarly journals that charge no fees.

Keywords: open access; scholarly communication; scholarly journals; article processing charges; Brazil

Résumé

Perceptions et Pratiques Relatives à l'Accès Ouvert et au Paiement des Frais de Traitement des Articles au Brésil

Cette étude enquête sur les pratiques de publication en libre accès et sur les perceptions des chercheurs au Brésil concernant le paiement des frais de traitement des articles. À partir d'une approche scientométrique, inscrite dans le cadre des études sociales de la science, on analyse comment les transformations dans les modèles d'affaires des canaux de publication scientifique peuvent affecter sur l'organisation de groupes ou de pratiques scientifiques, ainsi que sur les politiques publiques de financement en science et technologie. Au Brésil, le questionnaire a été envoyé à 15 426 boursiers de Productivité en Recherche (PQ) du Conseil National de Développement Scientifique et Technologique (CNPq), avec un total de 6 288 réponses (taux de participation de 40,71%). Parmi les principaux résultats, on observe : la préférence pour la publication en accès restreint dans les sciences agricoles et de la santé, ainsi que parmi les chercheurs des niveaux les plus élevés de la bourse PQ ; une position favorable à l'accès ouvert comme principe, mais un équilibre relatif entre perceptions favorables et défavorables quant au paiement de frais comme moyen de publier en accès ouvert, sauf dans les domaines des sciences humaines et sociales, qui ont montré une préférence marquée pour le modèle d'accès ouvert diamant, c'est-à-dire des revues scientifiques exemptes de tout frais.

Mots-clés : accès ouvert ; communication scientifique ; revues scientifiques ; frais de traitement des articles ; Brésil

Resumen

Percepciones y Prácticas sobre el Acceso Abierto y el Pago de Tasas de Procesamiento de Artículos en Brasil

El artículo investiga las prácticas de publicación en acceso abierto y percepciones de investigadores en Brasil respecto al pago de tasas de procesamiento de artículos. A partir de un enfoque cientométrico, en el ámbito de los estudios sociales de la ciencia, se analiza cómo las transformaciones en los modelos de

negocio de vehículos de publicación científica pueden repercutir en la organización de grupos o prácticas científicas, así como influir en políticas públicas de financiamiento en ciencia y tecnología. En Brasil, el cuestionario fue enviado a 15.426 becarios de Productividad en Investigación (PQ) del Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), con un total de 6.288 respuestas (tasa de participación del 40,71%). Como principales resultados, se observa: la preferencia por la publicación en acceso restringido en las Ciencias Agrarias y de la Salud, y por investigadores de los niveles más altos de la beca PQ; la posición favorable al acceso abierto como principio, pero un equilibrio relativo de percepciones favorables y desfavorables respecto al pago de tasas como forma de publicar en acceso abierto, excepto en las áreas de Humanidades y Ciencias Sociales, que demostraron una preferencia acentuada por el modelo de acceso abierto diamante, que engloba revistas científicas libres de cualquier tasa.

Palabras clave: acceso abierto; comunicación científica; revistas científicas; tasas de procesamiento de artículos; Brasil.

Introdução

Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre as práticas e percepções, de pesquisadores atuantes no Brasil, a respeito das modalidades de publicação em acesso aberto, bem como da cobrança de taxas para tal, conhecidas como taxas de processamento de artigos (do inglês, *article processing charges* – APC).

O estudo integra a pesquisa internacional “Uma Análise Comparativa da Ciência Aberta, do Acesso Aberto e da Circulação de Conhecimento na América Latina e na África”, iniciada em 2023 sob a coordenação do Global Research Institute of Paris (GRIP), associado à Université Paris-Cité, realizada com pesquisadores da África do Sul, Argentina, Brasil, México e Senegal.

A partir de uma pesquisa precedente, realizada por pesquisadores do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) da Argentina, denominada “Estudio de accesibilidad de las publicaciones argentinas y gastos en article processing charges en la Agencia i+d+i: 2013-2020” (Beigel, Gallardo, 2022), foi elaborado um questionário comum que serviu de base para aplicação pelos países participantes da investigação, com o objetivo de possibilitar análises comparativas entre eles. A pesquisa concentrou-se em pesquisadores com carreiras acadêmicas consolidadas, que ocupam posições equivalentes em seus respectivos países. Cada país realizou pequenos ajustes e adaptações necessários ao seu contexto local.

No Brasil, a pesquisa teve como público os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O propósito foi investigar as percepções e práticas de publicação em acesso aberto – especialmente o pagamento de APC –, desses pesquisadores, levantando frequências de publicação em periódicos, tipos de periódicos onde mais publicam, fontes de financiamento utilizadas e valores despendidos com pagamentos de APC, nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas a realizar comparações com os demais países estudados no projeto internacional. Nossa análise teve como objetivo compreender a extensão e as implicações dessas práticas para o ecossistema público de comunicação científica, bem como subsidiar políticas de comunicação científica que atendam aos princípios de uma ciência aberta, democrática e equitativa.

O artigo inicia situando o contexto de emergência da cobrança de APC como objeto de debate e de estudo. Apresenta, a seguir, o método adotado pela enquête e os resultados obtidos. Ao final, aponta as conclusões e possíveis desdobramentos futuros.

Contexto

Os últimos anos da década de 1990 testemunharam a emergência de movimentos pelo acesso aberto ao conhecimento científico, impulsionados, entre outros aspectos, pelas potencialidades das tecnologias digitais de informação e comunicação para a maior circulação da informação e pela mobilização de bibliotecários, pesquisadores e ativistas em torno da “filosofia do aberto” e da “cultura livre” (Foletto, 2021). Esses grupos denunciavam os crescentes “cercamentos” da informação científica via instrumentos de proteção da propriedade intelectual, além do domínio de grandes editoras comerciais sobre o sistema de comunicação da ciência, por meio, sobretudo, da retenção de direitos autorais patrimoniais e dos aumentos abusivos nos preços de assinaturas de periódicos.

Desde então, diversas declarações em favor do acesso aberto foram lançadas, assim como também proliferaram periódicos científicos e repositórios institucionais de publicações em acesso aberto. Essas iniciativas inspiraram Harnad et al. (2004) a cunharem dois termos para expressar as estratégias de publicação de artigos em acesso aberto então mobilizadas: a via verde e a via dourada. A primeira designa a prática de autoarquivamento de manuscritos em repositórios institucionais ou temáticos, antes ou após a publicação em periódicos de acesso restrito (*pre* e *post-print*); e a segunda, a publicação de artigos em periódicos de acesso aberto, mediante avaliação por pares, sem, contudo, mencionar distinções entre modelos comerciais e não comerciais.

Entre os anos de 1999 e 2002 surgiram, no Reino Unido e nos Estados Unidos, respectivamente, duas iniciativas consideradas pioneiras da publicação de artigos em acesso aberto, que propunham acelerar o processo de publicação em formato digital, baseando-se no modelo, ainda experimental, de cobrança a autores: a BioMed Central (BMC) e a Public Library of Science (PLOS). Posteriormente, essa cobrança ficou conhecida como taxa de processamento de artigos e passou a ser incorporada à via dourada, nos modelos de negócio das editoras comerciais e em políticas governamentais e de agências de financiamento, inicialmente no Reino Unido e, posteriormente, em outros países (Costa, Weitzel, Leta, 2020).

Para essas editoras, tratava-se, assim, de manter ou mesmo ampliar os ganhos financeiros que poderiam estar em risco ante o avanço dos movimentos pelo acesso aberto e a ciência aberta.

Ao longo do tempo, novas denominações foram cunhadas para caracterizar aspectos que não estavam contemplados nas designações anteriores. Este é o caso do termo acesso aberto diamante, para periódicos que não cobram quaisquer tipos de taxa dos autores ou leitores, e se mantêm a partir de fontes de financiamento institucionais, editais de financiamento públicos, doações etc. Já o termo híbridos designa aqueles periódicos que combinam a disponibilização de artigos em acesso aberto, mediante o pagamento de APC, com acesso que requer assinatura ou compra do artigo ou número individualmente.

Para efeitos deste artigo, consideramos APC a taxa cobrada por periódicos científicos, em acesso aberto dourado ou híbrido, para criação e veiculação da versão de registro do artigo (do inglês *Version of Record*, VoR), correspondente à versão final publicada em acesso aberto e cancelada pelos pares. Justifica-se a cobrança dessa taxa para cobrir custos de edição de cópia, revisão textual, diagramação, disponibilização e promoção na internet, preservação digital entre outros aspectos. A APC diferencia-se de outras possíveis taxas cobradas por periódicos científicos, tais como taxa de submissão, publicação, *page-charge* etc., já que estas não condicionam a publicação do artigo em acesso aberto.

No início dos anos 2000, a cobrança de APC seguia sobretudo o modelo, ainda experimental, adotado pela BMC e pela PLoS. A justificativa era a de que se tratava de um modelo de negócio mais sustentável, comparativamente ao modelo de assinatura, por não reter os direitos autorais dos pesquisadores (permitindo-lhes publicizar o material livremente na internet ou utilizá-lo para outros fins) e pela possibilidade de ampliar o número de citações dos artigos, em razão de sua maior circulação (Borrego, 2023). Gradualmente, a cobrança de APC disseminou-se em periódicos híbridos e dourados (Piwowar et al., 2018), levando muitos a associarem o acesso aberto ao pagamento de taxas. Desde 2020, esse arranjo ultrapassou o modelo de assinaturas (Hook, 2021). O preço médio de APC, que até então girava em torno de US\$ 500, passou, no período de 2019 a 2023, a um preço médio de US\$ 2,859 (Butler et al., 2024). Desde então, estima-se que as receitas das principais editoras de periódicos acadêmicos, provenientes da cobrança de APC, vêm superando US\$ 2 bilhões por ano (Zhang et al., 2022).

A cobrança de APC tem suscitado diversos debates, controvérsias e desafios, sobretudo junto às comunidades acadêmicas e aos organismos de financiamento à pesquisa do Sul Global. Uma das principais críticas diz respeito à disparada dos preços dessas taxas, sem transparência em relação aos custos processuais editoriais que justificariam esse aumento, que vem ocorrendo bem acima das taxas de inflação. Como consequência, ampliam-se as barreiras financeiras na comunicação científica, afetando sobretudo pesquisadores e instituições de países de rendas média e baixa (Khoo, 2019; Butler et al. 2024; Villatoro, 2024). Isso é agravado por práticas, cada vez mais comuns, de “dupla taxação” pelos periódicos híbridos.

Observa-se, ainda, o aumento de práticas editoriais comumente chamadas de “predatórias”, ou seja, periódicos sem rigor ético e qualidade oferecem facilidade e rapidez na publicação em acesso aberto, mediante cobrança de taxas (Boukacem-Zeghmouri, 2023; Andrade et al., 2023). É crescente a preocupação sobre o risco que este modelo baseado em APC representa à diversidade e à sustentabilidade a longo prazo dos periódicos científicos, sobretudo do Sul Global, fortalecendo o domínio e o controle de oligopólios editoriais sobre as publicações científicas e, assim reforçando as assimetrias entre países e regiões (Babini, 2014; Larivière, Haustein, Mongeon, 2015; Chen, Posada, Chan, 2019). Na América Latina, teme-se pelos impactos para a manutenção e o fortalecimento do ecossistema público de comunicação científica, que se destaca na região.

No Brasil, diversos estudos vêm enfocando o pagamento de taxas para publicar artigos há cerca de dez anos. Abordando os gastos com o pagamento de APC, Alencar e Barbosa (2021) demonstraram o maior fluxo de pagamentos e a cobrança de valores mais elevados de APC por editoras comerciais, em comparação com editoras sem fins lucrativos. Neubert et al. (2024) calcularam as médias das taxas de processamento de artigos pagas a periódicos avaliados pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no período de 2017 a 2020. Pavan e Barbosa (2018), com base em uma análise da produção intelectual de autores afiliados a instituições brasileiras, publicada em periódicos de acesso aberto dourado indexados na Web of Science (WoS) e no Directory of Open Access Journals (DOAJ), estimaram que, entre 2012 e 2016, pesquisadores e/ou instituições de ensino e fomento no Brasil destinaram aproximadamente US\$ 35.859.914,88 ao pagamento de APC – o que corresponde a uma média anual de cerca de US\$ 7 milhões.

Outros estudos analisaram os perfis de publicação e preços praticados por periódicos brasileiros que cobram taxas de APC (Appel, Albagli, 2019; Príncipe, 2019; Príncipe, Barradas, 2013; Pereira, Furnival, 2020). Silva et al. (2022) analisaram o impacto negativo dos pagamentos de APC, no contexto da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Gomes, Maricato e Costa (2024) discutiram as implicações da transição de periódicos de acesso restrito para acesso aberto com cobrança de APC para países do Sul e do Norte Global. Dias et al. (2023) mapearam controvérsias sobre a cobrança de APC. Kellner (2023a, 2023b) e Rodrigues, Savino e Goldenberg (2022) analisaram as barreiras e condições de sustentabilidade de periódicos brasileiros em um cenário de acesso aberto baseado na cobrança de APC.

Sob o aspecto da regulação e do financiamento de pagamentos de APC, Pavan (2018) e Pavan e Barbosa (2017) mapearam as condições de financiamento do pagamento de taxas de publicação por agências brasileiras de fomento à pesquisa. Concluíram, à época, que o número de agências com políticas dedicadas ao custeio de taxas ainda era baixo, ao passo que apontaram para a necessidade de estabelecimento de uma política nacional para tratar dessa questão (Pavan, Barbosa, 2017). Rezende e Abadal (2020) analisaram políticas de agências de fomento e normativas de instituições de serviços de informação no Brasil, com impactos no acesso aberto via pagamentos de APC. Identificaram 26 políticas, sendo uma de agência de fomento e quatro normativas de instituições provedoras de produtos e serviços em informação.

Outros estudos verificaram as tendências e práticas de publicação em acesso aberto. Sarzi e Leta (2024) analisaram as preferências de publicação de professores de programas de pós-graduação de Ciências Biológicas no Brasil, tendo verificado aumento de artigos com pagamento de APC de autoria de pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Mugnaini, Igami e Krzyzanowski (2022) analisaram a distribuição da produção científica brasileira, compreendida no período de 2009 a 2016, com foco na identificação das fontes de financiamento à pesquisa e nas modalidades de acesso aberto praticadas. Identificaram que, no período, houve crescimento da publicação em acesso aberto com e sem financiamento. Concluíram, entre outros aspectos, que, quanto maior o nível de bolsas ou financiamentos recebidos, maior é o percentual de artigos publicados na via dourada pelos pesquisadores bolsistas. Verificaram maior percentual de artigos de acesso aberto dourado para as áreas Interdisciplinar, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde.

Figueiredo et al. (2024) demonstraram que autores brasileiros publicam mais artigos em acesso aberto, particularmente em periódicos do chamado Sul Global. Trinca e Melo (2024) investigaram as tendências de publicação em acesso aberto de pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil, bem como levantaram e analisaram os gastos com pagamento de APC, sinalizando que mais de 90% dos pesquisadores dessa área do conhecimento publicam em periódicos de acesso aberto, sendo cerca de 89% da via diamante e 1% da via dourada com APC. Costa, Weitzel e Leta (2020) investigaram a adesão ao acesso aberto de pesquisadores de elite brasileiros, bolsistas PQ/CNPq de nível mais elevado, e verificaram que somente 10% dos pesquisadores demonstraram alta ou muito alta adesão ao acesso aberto. McManus, Neves e Maranhão (2020) observaram crescimento da publicação em periódicos híbridos e de acesso restrito por parte de autores brasileiros. Verificaram também correlação positiva e significativa entre custo de publicação e número de citações. Furnival e Silva-Jerez (2017) analisaram como várias dimensões do acesso aberto à literatura científica são percebidas por pesquisadores brasileiros, identificando também seus hábitos de publicação, uso e citação de fontes em acesso aberto. O estudo revelou um expressivo conhecimento e apoio ao acesso aberto por parte desses autores.

Método

Este estudo teve como amostra os pesquisadores com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, no mês de setembro de 2023. O envio do questionário foi realizado por *e-mail*, pelo CNPq, no dia 30 de agosto de 2023, aos 15.426 pesquisadores PQ então cadastrados em sua base, e o prazo para preenchimento encerrou-se em 30 de setembro de 2023. O questionário brasileiro foi hospedado na plataforma de código aberto LimeSurvey – distribuída pela LimeSurvey GmbH, Hamburgo, Alemanha –, em infraestrutura tecnológica de servidores e de segurança do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Sendo parte de um projeto de pesquisa internacional, seu desenho de pesquisa e instrumentos foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa: Pesquisa Social, Comportamental e Educacional (SBER) da Universidade Stellenbosch (Número do projeto: CREST-2023-29324), África do Sul. Além disso, seu envio foi acompanhado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado nos termos das Resoluções 466/2012/CONEP e 510/2016/CONEP.

O questionário foi estruturado em 34 perguntas – 32 fechadas e 2 abertas –, distribuídas em 5 seções. A seção 1 abrangeu tópicos de informações gerais, referentes a: áreas de pesquisa, nível de bolsa, tipo e região da instituição de afiliação, gênero, ano de nascimento, ano de doutoramento, e natureza das fontes de financiamento recebidos. A seção 2 abrangeu as preferências ou motivações sobre canais de publicação, com base em tipologias ou elementos impulsionadores, como prestígio ou sistemas de avaliação. A terceira foi composta de perguntas a respeito do conhecimento sobre o significado e as práticas de acesso aberto às publicações científicas. A seção 4 abrangeu tópicos relativos a: frequência, valores de pagamentos e fontes de financiamento destinados a taxas de publicação. Por fim, a seção 5 foi dedicada à percepção e aos desafios concernentes ao pagamento de APC, contemplando questões abertas para inserção de comentários e sugestões de alternativas aos pagamentos de APC. Este artigo apresenta alguns dos resultados das seções 3, 4 e 5.

Após a finalização do período de disponibilização do questionário, os dados foram exportados da plataforma LimeSurvey em formato .csv para que a equipe brasileira do projeto pudesse proceder com as rotinas de tratamento e preparação para as análises. Os dados foram, então, tratados a partir do programa de computador de código aberto OpenRefine – distribuído pela Code for Science & Society, Portland, OR, Estados Unidos da América –, com fins de:

- a) eliminação das respostas de respondentes que não consentiram em participar da pesquisa, que totalizaram 126 registros;
- b) eliminação das respostas incompletas, que totalizaram 1.944 registros;
- c) consistência e uniformização dos registros com base no formato de dado esperado, *e.g.*, ano de doutorado e/ou nascimento digitado com 4 dígitos numéricos etc.;
- d) remoção dos valores nulos e inválidos;
- e) padronização e simplificação da identificação das variáveis para facilitar as tarefas de síntese e análise.

Após o tratamento inicial, deu-se início à síntese descritiva dos dados via Planilhas do Google – aplicação disponibilizada pela Alphabet Inc., Mountain View, CA, Estados Unidos da América –, a partir de cada questão e seção do questionário, para fins de compilação, análise e comparação dos dados agregados entre as equipes dos diferentes países.

Na sequência, apresentamos análise descritiva dos resultados do levantamento no contexto brasileiro, que contou com um total de 6.288 respostas, equivalente a uma taxa de participação de 40,71%, o que representa uma fração expressiva de respondentes. Em vista do volume de dados gerados na pesquisa, os resultados aqui apresentados concentram-se em variáveis específicas das seções 3, 4 e 5 do questionário, sobre as práticas e percepções em relação ao acesso aberto e aos pagamentos das APC. O relatório descritivo referente ao conjunto de dados do Brasil, contendo os dados agregados de acordo com questionário completo, foi disponibilizado no repositório de dados Zenodo (Albagli et al., 2024).

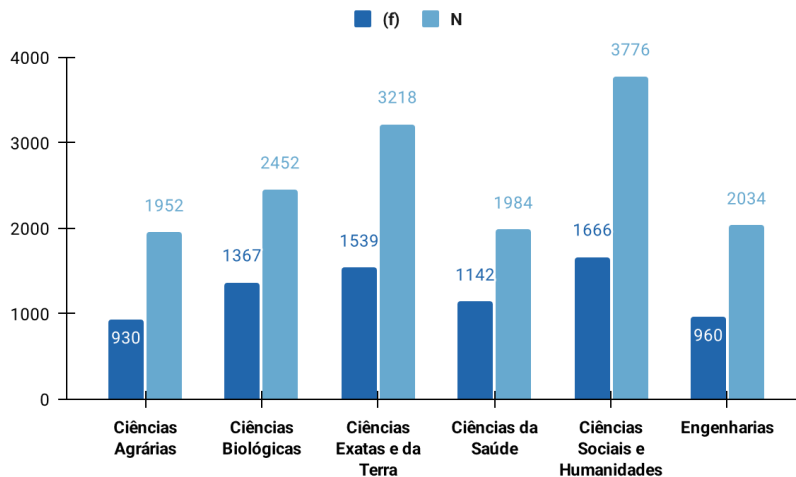
Resultados e Discussão

Como primeiros resultados, apresentamos a caracterização da população e da amostra dos pesquisadores participantes da pesquisa, conforme suas áreas de atuação (Figura 1) e conforme os níveis de bolsa PQ/CNPq (Figura 2), então vigentes (a classificação dos níveis de bolsas PQ foi alterada em 2024 pelo CNPq), em comparação com o número total do universo pesquisado. Observa-se, de acordo com a Figura 1, que a participação se deu de forma equilibrada e proporcional em relação às áreas do conhecimento e que os estratos de respondentes foram proporcionais aos mesmos estratos do total. Apenas as áreas das Ciências Biológicas e Ciências da Saúde apresentaram percentuais de participação significativamente menores em relação ao universo de pesquisadores atuantes em cada uma dessas áreas.

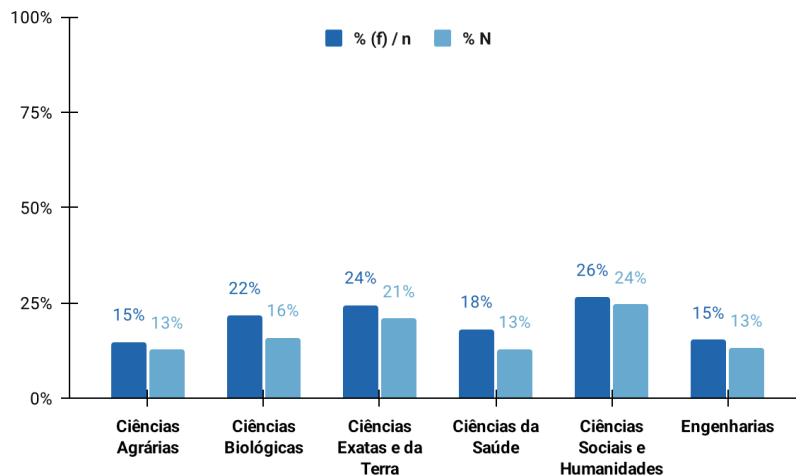
Figura 1

Caracterização do universo e da amostra de acordo com as suas áreas do conhecimento de atuação

(A)



(B)



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

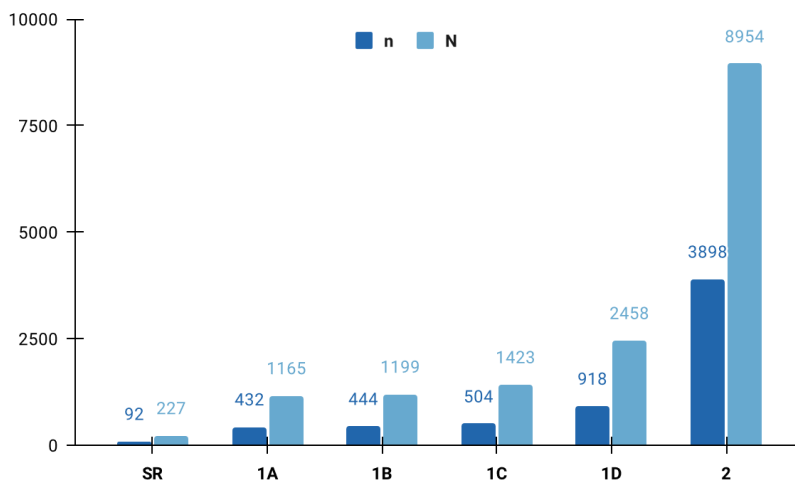
A) Números absolutos; **B)** Percentuais; **(f)**: 7.604, frequência de marcação. Em relação às áreas do conhecimento, cabe destacar que o questionário possibilitou a marcação de até duas áreas por participante; **n**: 6.288, respondentes da pesquisa; **N**: 15.416, universo, número de pesquisadores que receberam o questionário.

Já em relação às categorias e aos níveis de bolsas PQ dos participantes, apenas os pesquisadores bolsistas da categoria PQ 2 apresentaram menor participação em relação ao universo (4% menos), ainda assim, com participação bastante expressiva. Esses resultados demonstram que, embora a amostragem da coleta não tenha sido realizada de forma estratificada, as participações por áreas e níveis PQ apresentam equilíbrios satisfatórios para a análise combinada ou a comparação a partir das demais dimensões ou variáveis do estudo.

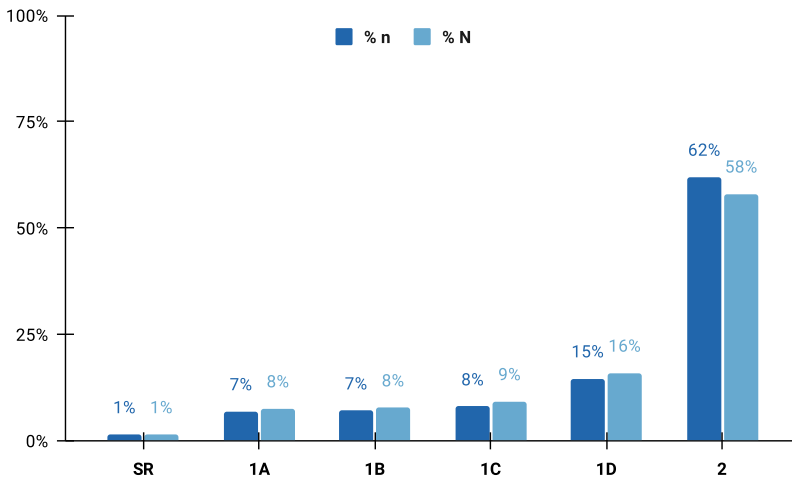
Figura 2

Caracterização do universo e da amostra de acordo com as categorias e os níveis de bolsa PQ

(A)



(B)



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A) Números absolutos; B) Percentuais; *n*: 6.288, respondentes da pesquisa; *N*: 15.416, universo, número de pesquisadores que receberam o questionário.

Um segundo grupo de resultados refere-se às estratégias de publicação em acesso aberto. A pesquisa revela que essas estratégias se distinguem conforme as áreas do conhecimento, sendo um fator determinante, na decisão de onde publicar os periódicos considerados de qualidade pela respectiva área.

Na Tabela 1, apresentamos os dados sobre as práticas de publicação em acesso aberto reportadas pelos participantes da pesquisa. Do total, 59% afirmaram já ter publicado em periódico em acesso aberto diamante. Os dados revelam ainda que mais de 60% dos pesquisadores das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde já publicaram em periódicos da modalidade híbrida; enquanto mais de 50%, nessas mesmas áreas, também já publicaram na modalidade diamante. Já pesquisadores das Ciências Sociais e Humanidades publicaram majoritariamente em periódicos da modalidade diamante (86%), enquanto apenas 24% publicaram em periódicos híbridos. A menor publicação em periódicos de acesso aberto diamante, por pesquisadores das Ciências Exatas e da Terra e das Engenharias (menos de 50%), é compatível com os resultados do estudo de Costa, Weitzel, Leta (2020). Em linhas gerais, verifica-se interação significativa com as variadas modalidades de acesso aberto, em sintonia com resultados de Furnival e Silva-Jerez (2017).

A prevalência de publicação em periódicos de modalidade híbrida, em algumas áreas do conhecimento, pode estar relacionada ao fato desses periódicos apresentarem, em geral, um Fator de Impacto mais elevado, o que é considerado um elemento de prestígio e tem constituído critério relevante nos sistemas de avaliação da pesquisa no Brasil (Sarzi, Leta, 2024). Por outro lado, privilegiar tal modalidade sem o correspondente apoio financeiro pode induzir à decisão pela publicação em acesso restrito (Kowaltowski, Naslavsky, Zatz, 2022; McManus, Neves, Maranhão, 2020).

Tabela 1
Publicação em acesso aberto por Bolsistas Produtividade em Pesquisa do CNPq (Brasil, 2023)

Áreas do conhecimento	Já publicou em periódico:				Publicou em periódico com APC nos últimos 5 anos?		
	Híbrido (n = 6.451)*		Diamante (n = 6.451)*		APC nos últimos 5 anos? (n = 7.604)*		
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não sei
Ciências Agrárias	62%	38%	55%	45%	90%	9%	1%
Ciências Biológicas	67%	33%	52%	48%	87%	12%	1%
Ciências Exatas e da Terra	51%	49%	46%	54%	67%	32%	1%
Ciências da Saúde	62%	38%	59%	41%	88%	11%	1%
Ciências Sociais e Humanidades	24%	76%	86%	14%	30%	69%	2%
Engenharias	50%	50%	46%	54%	72%	26%	2%
Total	51%	49%	59%	41%	69%	30%	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).
*) como o questionário possibilitou a indicação de até duas áreas do conhecimento, o valor de n é superior ao total de respondentes (6.288).

Ainda de acordo com a Tabela 1, observando-se a frequência de pagamento de APC nos últimos cinco anos, verifica-se que os pesquisadores das Ciências Agrárias foram os que mais pagaram APC para publicar (90%), seguidos pelos das Ciências da Saúde (88%). Em contrapartida, apenas 30% dos pesquisadores das Ciências Sociais e Humanidades declararam ter realizado esse tipo de pagamento nos últimos cinco anos.

A distribuição das práticas de publicação em acesso aberto entre as áreas do conhecimento explicita algumas assimetrias. Historicamente, os campos que compõem as Ciências Exatas e as Ciências Biológicas (englobando Agrárias, Biológicas, Saúde e Engenharias) apresentam maior inserção em circuitos editoriais internacionais, os quais são fortemente dominados por grandes editoras comerciais e por modelos de publicação com barreiras de acesso, seja por meio de assinaturas ou pela cobrança de taxas de pro-

cessamento de artigos. Esse contexto contribui, em nossa compreensão, para a maior prevalência da publicação em periódicos de acesso aberto no modelo dourado ou híbrido com APC nessas áreas, como forma de atender às exigências de visibilidade internacional e ao cumprimento de critérios de avaliação vinculados a indicadores bibliométricos (Beigel et al., 2023; CNPq, 2024).

Em contraste, a expressiva predominância da publicação em periódicos de acesso aberto diamante nas Ciências Sociais e Humanidades pode indicar a centralidade desse modelo como via preferencial de disseminação do conhecimento dessas áreas. Ainda que 30% dos pesquisadores dessas áreas já tenham publicado em periódicos de acesso aberto com cobrança de APC – percentual que não pode ser considerado irrelevante –, a escolha pelo modelo diamante parece expressar tanto uma concepção valorativa da comunicação científica quanto condições institucionais e materiais específicas.

As práticas de publicação de pesquisadores vinculados a essas áreas estão inseridas em um ecossistema editorial majoritariamente nacional, historicamente gerido por esforços acadêmicos coordenados por universidades públicas ou associações científicas sem fins lucrativos. Esse ecossistema se ancora em uma concepção da comunicação científica como bem comum e se distingue por uma resistência à lógica de mercantilização que orienta os mercados editoriais internacionais. Assim, a ampla adesão ao modelo de acesso aberto diamante nas Ciências Sociais e Humanidades pode ser interpretada como expressão de uma tradição disciplinar e institucional que privilegia formas públicas, colaborativas e não comerciais de circulação do saber.

Na Tabela 2, apresentamos dados sobre as fontes de financiamento à pesquisa utilizadas pelos respondentes, e respectivas frequências de uso, para o pagamento de APC, de acordo com as áreas de conhecimento de atuação dos pesquisadores. Verifica-se que, no período, considerando todas as áreas do conhecimento, aproximadamente 67% dos pesquisadores não utilizaram recursos internacionais ou estrangeiros para o pagamento de APC, sendo esse o recurso menos utilizado em comparação aos demais. As formas de financiamento mais utilizadas para o pagamento de APC foram recursos de pesquisa nacionais, federais ou estaduais (42,32%) e recursos de projetos de pesquisa institucionais ou universitários (39,89%). Destaca-se, ainda, o uso de recursos próprios, pessoais ou provenientes de salários (37,56%), corroborando os achados de Leta e Sarzi (2024), tendo

sido apontado também como possível efeito de um cenário de emergência de políticas dedicadas de financiamento para pagamento de APC (Pavan, Barbosa, 2017). Esse cenário confirma que a sustentabilidade do modelo de acesso aberto pago tem sido assegurada, em larga medida, por orçamentos públicos.

Contudo, a observação de que 56,29% dos pesquisadores já pagaram APC com recursos pessoais ou salário – somando-se aqueles que pagaram uma ou mais vezes – chama a atenção. Isso pode sinalizar um deslocamento da responsabilidade pelo financiamento das publicações para os próprios pesquisadores, expondo-os à lógica do *pay-to-publish*, que impõe barreiras econômicas ao acesso e à participação equitativa na produção científica. Esse quadro é especialmente problemático em países com limitações orçamentárias como o Brasil. Os dados reforçam argumentos já amplamente veiculados ao demonstrar que o acesso aberto pago (seja no modelo híbrido ou dourado) tende a reproduzir e aprofundar desigualdades ao onerar diretamente os pesquisadores e instituições de países com menor poder econômico (Brainard, 2024), isso sem contar a questão da desvalorização cambial e a ausência de paridade de preços em um contexto de ciência globalizada.

Tabela 2

Fontes de recursos utilizadas e respectivas frequências de uso de pagamento de APC por pesquisadores de Produtividade em Pesquisa, de acordo com as áreas de conhecimento dos pesquisadores (Brasil, 2023)

Natureza dos recursos e áreas do conhecimento	Frequência de uso para pagamento de APC							
	Nunca		Uma vez		Mais de uma vez		Total	
	(n)	%	(n)	%	(n)	%	(n)	%
Recursos de projetos de pesquisa institucionais ou universitários	2135	40,79	1011	19,32	2088	39,89	5234	100
Ciências Agrárias	286	34,25	156	18,68	393	47,07	835	100
Ciências Biológicas	466	39,13	222	18,64	503	42,23	1191	100
Ciências Exatas e da Terra	495	48,29	205	20,00	325	31,71	1025	100
Ciências da Saúde	323	32,27	195	19,48	483	48,25	1001	100
Ciências Sociais e Humanidades	247	50,20	105	21,34	140	28,46	492	100
Engenharias	318	46,09	128	18,55	244	35,36	690	100

Tabela 2

Fontes de recursos utilizadas e respectivas frequências de uso de pagamento de APC por pesquisadores de Produtividade em Pesquisa, de acordo com as áreas de conhecimento dos pesquisadores (Brasil, 2023) (cont.)

Natureza dos recursos e áreas do conhecimento	Frequência de uso para pagamento de APC							
	Nunca		Uma vez		Mais de uma vez		Total	
	(n)	%	(n)	%	(n)	%	(n)	%
Recursos próprios, pessoais ou salário	2288	43,71	980	18,72	1966	37,56	5234	100
Ciências Agrárias	209	25,03	119	14,25	507	60,72	835	100
Ciências Biológicas	558	46,85	224	18,81	409	34,34	1191	100
Ciências Exatas e da Terra	594	57,95	180	17,56	251	24,49	1025	100
Ciências da Saúde	380	37,96	198	19,78	423	42,26	1001	100
Ciências Sociais e Humanidades	177	35,98	109	22,15	206	41,87	492	100
Engenharias	370	53,62	150	21,74	170	24,64	690	100
Recursos de pesquisa nacionais, federais ou estaduais	2142	40,92	877	16,76	2215	42,32	5234	100
Ciências Agrárias	319	38,20	128	15,33	388	46,47	835	100
Ciências Biológicas	435	36,52	185	15,53	571	47,94	1191	100
Ciências Exatas e da Terra	468	45,66	177	17,27	380	37,07	1025	100
Ciências da Saúde	318	31,77	176	17,58	507	50,65	1001	100
Ciências Sociais e Humanidades	261	53,05	94	19,11	137	27,85	492	100
Engenharias	341	49,42	117	16,96	232	33,62	690	100
Recursos de pesquisa internacionais ou estrangeiros	3.479	66,47	730	13,95	1.025	19,58	5.234	100
Ciências Agrárias	593	71,02	122	14,61	120	14,37	835	100
Ciências Biológicas	765	64,23	167	14,02	259	21,75	1.191	100
Ciências Exatas e da Terra	637	62,15	148	14,44	240	23,41	1.025	100
Ciências da Saúde	633	63,24	133	13,29	235	23,48	1.001	100
Ciências Sociais e Humanidades	366	74,39	64	13,01	62	12,60	492	100
Engenharias	485	70,29	96	13,91	109	15,80	690	100

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

APC: *article processing charges*.

Considerando as áreas de atuação dos pesquisadores, observa-se que, no pagamento de APC, os recursos de projetos de pesquisa institucionais ou universitários foram os mais utilizados por pesquisadores das áreas de Ciências Agrárias (47,07%) e Ciências da Saúde (48,25%); recursos próprios, pessoais ou salário por pesquisadores das Ciências Agrárias (60,72%); e os recursos de pesquisa nacionais, federais ou estaduais por pesquisadores das Ciências da Saúde (50,65%). Merece destaque a alta frequência de pagamentos de APC com recursos próprios pelos pesquisadores das Ciências Agrárias, sendo que essa área concentra o maior número de periódicos que adotam a cobrança de APC no Brasil (Appel, Albagli, 2019), assim como a menor taxa de adesão à publicação em acesso aberto (Costa, Weitzel, Leta, 2020).

A Tabela 3 apresenta as fontes de recursos utilizadas para o pagamento de APC, a partir dos níveis de bolsa PQ dos pesquisadores. Corroborando os dados gerais, verifica-se que mais da metade dos pesquisadores de todos os níveis dispunham menos de fundos de pesquisa internacionais ou estrangeiros para os pagamentos de APC.

Os pesquisadores da categoria 1A utilizaram com menor frequência recursos de projetos de pesquisa institucionais ou universitários (54,04%), e recursos próprios, pessoais ou salário (56,49%), em comparação às demais categoria, sendo os que mais utilizaram recursos de pesquisa nacionais, federais ou estaduais (60,70%). Embora demonstrassem mais acesso aos recursos nacionais, federais ou estaduais, e aos estrangeiros (30,53%), em relação aos pesquisadores dos demais níveis, os pesquisadores 1A foram os que demonstraram maior preferência pela publicação pela via restrita (por assinatura), *i.e.*, eram menos aderentes à publicação em acesso aberto (Sarzi, Leta, 2024). A considerável incidência de uso de recursos próprios, pessoais ou salário para custeio de APC pode sinalizar que houve avanços pouco expressivos em relação às políticas de custeio por parte das agências de financiamento em relação ao cenário revelado pelo estudo de Pavan e Barbosa (2017). Destacam-se a política em nível nacional estabelecida por meio da Portaria Capes nº 120, de 26 de abril de 2024 (Capes, 2024) — lançada após o levantamento realizado por essa pesquisa — e o crescimento de publicação em acesso aberto decorrente de política localizada pioneira, como o caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (Mugnaini, Igami, Krzyzanowski, 2022). Ainda assim, evidenciamos neste estudo (Tabela 2), o desafio da distribuição equitativa entre as áreas de conhecimento e os variados níveis da carreira.

Tabela 3

Fontes de recursos utilizadas e respectivas frequências de uso de pagamento de APC por pesquisadores de Produtividade em Pesquisa, de acordo com os níveis PQ (Brasil, 2023)

Natureza dos recursos e níveis PQ	Frequência de uso para pagamento de APC							
	Nunca		Uma vez		Mais de uma vez		Total	
	(n)	%	(n)	%	(n)	%	(n)	%
Recursos de projetos de pesquisa institucionais ou universitários	1639	39,57	1714	41,38	789	19,05	4142	100%
1A	154	54,04	96	33,68	35	12,28	285	100
1B	133	45,24	110	37,41	51	17,35	294	100
1C	147	42,73	131	38,08	66	19,19	344	100
1D	274	42,28	270	41,67	104	16,05	648	100
2	919	36,21	1.088	42,87	531	20,92	2.538	100
SR	12	36,36	19	57,58	2	6,06	33	100
Recursos próprios, pessoais ou salário	1.834	44,28	754	18,20	1.554	37,52	4.142	100
1A	161	56,49	43	15,09	81	28,42	285	100
1B	154	52,38	38	12,93	102	34,69	294	100
1C	173	50,29	59	17,15	112	32,56	344	100
1D	306	47,22	100	15,43	242	37,35	648	100
2	1.026	40,43	508	20,02	1.004	39,56	2.538	100
SR	14	42,42	6	18,18	13	39,39	33	100
Recursos de pesquisa nacionais, federais ou estaduais	1.718	41,48	689	16,63	1.735	41,89	4142	100
1A	77	27,02	35	12,28	173	60,70	285	100
1B	78	26,53	47	15,99	169	57,48	294	100
1C	117	34,01	52	15,12	175	50,87	344	100
1D	270	41,67	103	15,90	275	42,44	648	100
2	1163	45,82	449	17,69	926	36,49	2538	100
SR	13	39,39	3	9,09	17	51,52	33	100

Tabela 3

Fontes de recursos utilizadas e respectivas frequências de uso de pagamento de APC por pesquisadores de Produtividade em Pesquisa, de acordo com os níveis PQ (Brasil, 2023)(cont.)

Natureza dos recursos e níveis PQ	Frequência de uso para pagamento de APC							
	Nunca		Uma vez		Mais de uma vez		Total	
	(n)	%	(n)	%	(n)	%	(n)	%
Recursos de pesquisa internacionais ou estrangeiros	2.757	66,56	570	13,76	815	19,68	4142	100
1A	165	57,89	33	11,58	87	30,53	285	100
1B	167	56,80	43	14,63	84	28,57	294	100
1C	216	62,79	60	17,44	68	19,77	344	100
1D	445	68,67	92	14,20	111	17,13	648	100
2	1.746	68,79	335	13,20	457	18,01	2.538	100
SR	18	54,55	7	21,21	8	24,24	33	100

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

APC: *article processing charges*. PQ: bolsa Produtividade em Pesquisa.

Questionados sobre sua concordância em relação ao pagamento de taxas para publicar em acesso aberto (Tabela 4), verifica-se que quase 90% dos pesquisadores das Ciências Agrárias e das Engenharias não se opunham ao pagamento de APC. Em relação à área de Ciências Agrárias, em particular, pode-se depreender que essa indiferença em relação ao pagamento de APC se manifeste em função da disponibilidade de recursos para o custeio das taxas, como se observa neste estudo (Tabela 2) e em anteriores (Mugnaini, Igami, Krzyzanowski, 2022), assim como em função do prestígio atribuído a periódicos com APC no contexto avaliativo da área (Appel, Albagli, 2019). Apenas cerca de 14% de pesquisadores das Ciências da Saúde não concordavam com esse pagamento, seguidos das Ciências Biológicas e das Exatas e da Terra (pouco mais de 18%), sendo os pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e Humanidades os que mais rejeitavam essas taxas (28,71%).

Tabela 4

Posicionamentos dos pesquisadores em relação ao pagamento de APC, de acordo com suas áreas do conhecimento e níveis PQ (Brasil, 2023)

Eu não concordo com o pagamento de APC:					
Áreas do conhecimento	n	%	Nível PQ	Sim	Não
Ciências Agrárias	397	10,58	1A	241	7,60
Ciências Biológicas	678	18,08	1B	219	6,91
Ciências Exatas e da Terra	686	18,29	1C	256	8,08
Ciências da Saúde	536	14,29	1D	499	15,74
Ciências Sociais e Humanidades	1.077	28,71	2	1.916	60,44
Engenharias	377	10,05	SR	39	1,23
Total	3.751	100,00	Total	3.170	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

APC: *article processing charges*. PQ: bolsa Produtividade em Pesquisa.

Ainda na Tabela 4, observa-se expressiva desaprovação do pagamento de APC, por parte dos pesquisadores do antigo nível 2 (60,44%), seguida de longe pelos pesquisadores do nível imediatamente mais elevado, 1D (15,74%). Pesquisadores então classificados nos níveis PQ-SR, 1A e 1B demonstraram maior aceitação das cobranças de APC, o que pode estar relacionado à maior acesso e diversidade de fontes de recursos financeiros para pesquisa entre esses grupos, conforme observado na Tabela 3. Esses dados sugerem uma correlação entre a posição na hierarquia acadêmica e a disposição para arcar com os custos associados à publicação em periódicos que cobram APC.

Perguntados se planejam, no futuro, utilizar recursos de projetos de pesquisa para pagar taxas de publicação, as opiniões se dividiram entre os que têm essa intenção (47,6%) e os que não têm (46%).

A Tabela 5 evidencia que a maior parte dos respondentes acreditava que o pagamento de APC é atualmente ou será no futuro um problema para a publicação em acesso aberto, enquanto apenas uma minoria entendia que essa cobrança melhora o processo de publicação e a qualidade dos artigos. Pode-se depreender, nesse sentido, que a opção por tais periódicos reside no valor percebido quanto aos seus potenciais de maior visibilidade e de citações dos artigos (McManus, Neves, Maranhão, 2020).

Tabela 5

Percepções dos pesquisadores em relação às taxas de processamento de artigos (Brasil, 2023)

As taxas de processamento de artigos:	n	%
Tendem a promover um processo de publicação melhor e mais seletivo	275	4,37
São o principal problema para conseguir publicar meu trabalho em acesso aberto	2.547	40,51
Atualmente, não representam um problema para publicar meu trabalho em acesso aberto	796	12,66
Tendem a representar um problema nos próximos anos	2.166	34,45
Tendem a melhorar a qualidade dos artigos de revistas	99	1,57
Outros	405	6,44
Total	6.288	100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Por fim, dos 6.288 respondentes, quase cinco mil responderam à pergunta aberta “Você acredita que suas práticas de publicação mudaram devido à transição dos periódicos para o acesso aberto?”. Ainda não foi possível realizar uma análise sistemática de todo conteúdo das respostas, mas foi possível observar algumas opiniões recorrentes.

Há o reconhecimento de que os pesquisadores são gradualmente pressionados a pagar APC. Ressalta-se que, cada vez mais, periódicos que não cobravam APC estão começando a fazê-lo devido à dificuldade de sustentabilidade financeira. Por outro lado, há a percepção de que isso ocorre menos como condição para publicação em acesso aberto, embora se reconheça que o acesso aberto aumenta a visibilidade e o número de citações de uma publicação científica. Mais que isso, está se tornando uma condição para publicação em periódicos de maior prestígio (ou com maior Fator de Impacto), o que, por sua vez, é recorrentemente uma exigência dos sistemas de avaliação e financiamento da pesquisa. Argumenta-se que periódicos que cobram APC não são necessariamente de melhor qualidade. Mas, eles tendem a ser mais rápidos em lançar publicações, bem como a ter uma maior circulação e, logo, maior potencial de citação, devido ao fato de publicarem em acesso aberto e seus artigos serem objeto de ampla divulgação midiática pelas editoras responsáveis.

Há também uma reação geral contra a cobrança de valores abusivos de APC, e como isso tem implicado esforço e tempo adicionais por parte dos pesquisadores para buscar periódicos que cobram APC mais baixas.

Não é possível generalizar, mas observa-se uma perspectiva pessimista quanto aos impactos que esse modelo de negócio que cobra pela publicação em acesso aberto terá no volume, na qualidade e na visibilidade das publicações científicas de pesquisadores brasileiros nesse cenário.

Conclusões

Esta pesquisa objetivou investigar as práticas de publicação e percepções relacionadas ao pagamento de taxas de processamento de artigos de pesquisadores atuantes no Brasil, tendo como base os bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Confrontados seus resultados com estudos anteriores, observa-se que há convergências nos respectivos achados.

Vale destacar que a pesquisa ocorreu em meio a intensos debates e controvérsias sobre estratégias para o acesso aberto, seus modelos de negócios atualmente em disputa, particularmente os APC e a propositura ou formalização "dos chamados" Acordos Transformativos, também denominados Acordos de Leitura e Publicação. acordos transformativos. Suas repercussões são particularmente sentidas em países do Sul Global, América Latina e África em particular.

Seus resultados indicaram uma posição favorável ao acesso aberto como princípio, mas um equilíbrio relativo de percepções favoráveis e desfavoráveis quanto à necessidade ou disposição de pagar por APC como forma de publicar em acesso aberto. Exceto para a área de Humanidades e Ciências Sociais, que claramente pendeu em favor do acesso aberto diamante.

Cabe reconhecer que se trata de um processo em mudança, cujos desdobramentos irão repercutir, por um lado, as forças que atuam em favor de um ecossistema de comunicação científica coadunado com os princípios originais dos movimentos pelo acesso aberto e a ciência aberta; e, de outro, os interesses que capturam o acesso aberto no âmbito desses novos modelos de negócio, os quais, por sua vez, têm reflexos nas políticas de avaliação e fomento à pesquisa dos países.

Dentre as limitações da pesquisa, destacamos aquelas inerentes aos levantamentos baseados em amostras não probabilísticas, que impactam as possibilidades de generalização dos resultados. Ainda assim, conforme demonstramos nos resultados, a participação se deu de forma bastante equilibrada a partir de variadas características da população da pesquisa.

Como estudos futuros, esperamos aprofundar as análises a partir das variáveis mais qualitativas empregadas no levantamento e a partir de outras dimensões do questionário. Outras análises também se encontram em andamento a partir da comparação dos dados dos diferentes países em que o levantamento foi aplicado.

Editor responsável: Luiz Augusto Campos.

(Recebido para publicação em 26 de novembro de 2024)

(Reapresentado para publicação em 14 de abril de 2025)

(Aprovado para publicação em 17 de maio de 2025)

Referências

- Albagli, Sarita et al. (2024), “Uma análise comparativa da ciência aberta, do acesso aberto e da circulação de conhecimento na América Latina e na África: relatório preliminar Brasil”. *Zenodo*. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10694976>
- Alencar, Bárbara Neves; Barbosa, Marcia C. (2021), “Open access publications with Article Processing Charge (APC) Payment: a Brazilian scenario analysis”. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 93, n. 4, pp. e20201984. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0001-3765202120201984>
- Andrade, Denise Aparecida Freitas de et al. (2023), “Mapeamento de revistas brasileiras com práticas editoriais predatórias”. *Anais do Abec Meeting 2023*. Foz do Iguaçu, PR, Abec. Disponível em: <https://doi.org/10.21452/abecmeeting2023.196>
- Appel, André Luiz; Albagli, Sarita. (2019), “The adoption of Article Processing Charges as a business model by Brazilian Open Access journals”. *Transinformação*, v. 31, e180045. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e180045>
- Babini, Dominique. (2014), “O risco do acesso aberto ficar atrelado às editoras comerciais existentes – a necessidade de um sistema global de publicações acadêmicas de acesso aberto não comercial”. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, v. 8, n. 4, pp. 433-437. Disponível em: <https://doi.org/10.3395/reciis.v8i4.431>
- Beigel, Fernanda et al. (2023), “Scientific production and gender inequalities in two academic elites: Brazil and Argentina”. *Revue d'histoire Des Sciences Humaines*, v. 42, pp. 255-280. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rhsh.8374>
- Beigel, Fernanda; Gallardo, Osvaldo. (2022), “Estudio de accesibilidad de las publicaciones argentinas y gastos en article processing charges en la Agencia i+d+i (2013-2020)”. *Dossier CIECTI*, n. 7. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CIECTI, 16 maio 2022. Disponível em: <https://www.ciecti.org.ar/7-estudio-de-accesibilidad-de-las-publicaciones-argentinas-y-gastos-en-article-processing-charges-en-la-agencia-idi-2013-2020/>. Acesso em: 22 maio 2024.
- Borrego, Ángel. (2023), “Article processing charges for open access journal publishing: A review”. *Learned Publishing*, v. 36, n. 3, pp. 359-378. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/leap.1558>
- Boukacem-Zeghmouri, Chérifa. (2023), “Predatory journals entrap unsuspecting scientists. Here's how universities can support researchers”. *Nature*, v. 620, n. 7974, pp. 469-469. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-023-02553-1>
- Brainard, Jeffrey. (2024), “Is the pay-to-publish model for open access pricing scientists out?” *Science*, v. 385, n. 6708, pp. 486-489. Disponível em: <https://www.science.org/doi/epdf/10.1126/science.ads1013>
- Butler, Leigh-Ann et al. (2024), “An open dataset of article processing charges from six large scholarly publishers (2019-2023)”. *ArXiv*. Disponível em: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2406.08356>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- Chen, George; Posada, Alejandro; Chan, Leslie. (2019), “Vertical integration in academic publishing: implications for knowledge inequality”. In: P. Mounier (org.), *Connecting the Knowledge Commons — From Projects to Sustainable Infrastructure: The 22nd International Conference*

Percepções e Práticas sobre o Acesso Aberto e o Pagamento de Taxas de Processamento de Artigos no Brasil

- on *Electronic Publishing – Revised Selected Papers*. Marseille: OpenEdition. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.oep.9068>
- Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). (2024), “Portaria CAPES nº 120, de 26 de abril de 2024”. *Diário Oficial da União*, n. 83. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-capes-n-120-de-26-de-abril-de-2024-557069084>
- CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). (2024), “Critérios de julgamento”. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comites-de-asse-soramento/criterios-de-julgamento>
- Costa, Elaine Hipólito dos Santos; Weitzel, Simone da Rocha; Leta, Jacqueline. (2020), “Adesão da elite brasileira de pesquisadores aos periódicos de acesso aberto: a relação com gênero, região geográfica e grande área do conhecimento”. *Em Questão*, v. 26, n. 3, pp. 15-42. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245263.15-42>
- Dias, Carolina Guimarães de Souza et al. (2023), “Mapeando a controvérsia da cobrança de taxas de processamento de artigos (article processing charges - APC) por acesso aberto”. *BiblioCanto*, v. 9, n. 2, pp. 116-132. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2447-7842.2023v9n2ID33418>
- Figueiredo, Claudia et al. (2024), “Impact of Open Access Policy on Brazilian Science and Global Trends”. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 96, n. 2, pp. e20231068. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0001-3765202420231068>
- Foletto, Leonardo F. A. (2021), *A cultura é livre: uma história de resistência antipropriedade*. São Paulo, SP, Autonomia Literária. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/34399>
- Furnival, Ariadne Chloe Mary; Silva-Jerez, Nelson Sebastian. (2017), “Percepções de pesquisadores brasileiros sobre o acesso aberto à literatura científica”. *Informação & Sociedade*, v. 27, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32667>
- Gomes, Graziela Barros; Maricato, João de Melo; Costa, Michelli Pereira da. (2024), “Transição de periódicos para o acesso aberto com Article Processing Charges (APC): implicações no contexto do sul global”. *Anais 9º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*. Brasília, DF: UnB. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.403>
- Harnad, Stevan et al. (2004), “The green and the gold roads to Open Access”. *Nature Web Focus*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20041214093954/http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/21.html>. Acesso em: 4 maio 2019.
- Hook, Daniel. (2021), “Open Access surpasses subscription publication globally for the first time”. *Dimensions*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240716041618/https://www.dimensions.ai/blog/open-access-surpasses-subscription-publication-globally-for-the-first-time/>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- Kellner, Alexander W. A. (2023a), “Are the tough times for Brazilian publications over?”. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 95, pp. e2023954. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0001-376520232023954>
- _____. (2023b), “To charge or not to charge, that is the question!”. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 95, pp. e2023952. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0001-37652023952>
- Khoo, Shaun Yon-Seng. (2019), “Article processing charge hyperinflation and price insensitivity: an open access sequel to the serials crisis”. *LIBER Quarterly*, v. 29, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.18352/lq.10280>

- Kowaltowski, Alicia; Naslavsky, Michel; Zatz, Mayana. (2022), "Open access: Brazilian scientists denied waivers and discounts". *Nature*, v. 603, n. 7903, p. 793. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-022-00864-3>
- Larivière, Vincent; Haustein, Stefanie; Mongeon, Philippe. (2015), "The oligopoly of academic publishers in the digital era". *PLoS One*, v. 10, n. 6, pp. e0127502. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>
- McManus, Concepta M.; Neves, Abilio A. Baeta; Maranhão, Andrea Q. (2020), "Brazilian publication profiles: where and how Brazilian authors publish". *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 92, n. 2, pp. e20200328. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0001-3765202020200328>
- Mugnaini, Rogério; Igami, Mery Piedad Zamudio; Krzyzanowski, Rosaly Favero. (2022), "Acesso aberto e financiamento da pesquisa no Brasil: Características e tendências da produção científica". *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 27, e78818. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e78818>
- Neubert, Patricia da Silva et al. (2024), "Custo de APC em periódicos Qualis: análise por estrato e área de avaliação". *Anais 9º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*. Brasília, DF: UnB. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.320>
- Pavan, Cleusa. (2018), Produção científica do Brasil: relações entre o acesso aberto à informação científica e a política de financiamento público para a publicação de artigos mediante o pagamento de Article Processing Charge (APC). Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/185052>
- Pavan, Cleusa; Barbosa, Marcia C. (2018), "Article processing charge (APC) for publishing open access articles: the Brazilian scenario". *Scientometrics*, v. 117, n. 2, pp. 805-823. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2896-2>
- Pavan, Cleusa; Barbosa, Marcia Cristina Bernardes. (2017), "Financiamento público no Brasil para a publicação de artigos em acesso aberto: alguns apontamentos". *Em Questão*, v. 23, n. 2, pp. 120-145. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245232.120-145>
- Pereira, Vinicius; Furnival, Ariadne Chloe. (2020), "Revistas científicas em acesso aberto brasileiras no DOAJ: Modelos de negócio e sua sustentabilidade financeira". *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, v. 14, n. 1, pp. 88-111. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2020.v14n1.05.p88>
- Piowar, Heather et al. (2018), "The state of OA: a large-scale analysis of the prevalence and impact of Open Access articles". *PeerJ*, v. 6, pp. e4375. Disponível em: [10.7717/peerj.4375](https://doi.org/10.7717/peerj.4375). Disponível em: <https://peerj.com/articles/4375>
- Príncipe, Eloísa. (2019), "Taxas de APC em revistas brasileiras e portuguesas de acesso aberto: um estudo no DOAJ". *Ciência da Informação*, v. 48, n. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v48i3.4888>
- Príncipe, Eloísa; Barradas, Maria Mércia. (2013), "Modelos de negócios de revistas científicas brasileiras: author pay?". *Anais do 14º Encontro Nacional de Editores Científicos*. São Pedro, SP, Abec. Disponível em: <http://ocs.abecbrasil.org.br/index.php/ENEC/ENECUSP/paper/viewFile/47/52>
- Rezende, Laura Vilela Rodrigues; Abadal, Ernest. (2020), "Estado da arte dos marcos regulatórios brasileiros rumo à Ciência Aberta". *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 25, pp. 1-25. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e71370>

Percepções e Práticas sobre o Acesso Aberto e o Pagamento de Taxas de Processamento de Artigos no Brasil

- Rodrigues, Marcio L.; Savino, Wilson; Goldenberg, Samuel. (2022), "Article-processing charges as a barrier for science in low-to-medium income regions". *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 117, pp. e220064. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0074-02760220064>
- Sarzi, Deise Schröder; Leta, Jacqueline. (2024), "Twenty years of the Open Access movement: A retrospective study on the relationship between publishing strategies and scientific capital of Brazilian researchers in biological science". *Quantitative Science Studies*, v. 5, n. 3, pp. 805-822. Disponível em: https://doi.org/10.1162/qss_a_00308
- Silva, Marcus Vinícius Pereira da et al. (2022), "Impacto da taxa de processamento de artigos em uma instituição de pesquisa em saúde: um estudo de caso da Fundação Oswaldo Cruz (Fio-cruz)". *Anais do 8º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*. Maceió, AL, Ufal. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/53841>
- Trinca, Tatiane Pacanaro; Melo, João Henrick Neri de. (2024), "Estimativas de gastos com pagamento de Articles Processing Charges (APC) na Ciência da Informação". *Anais do 9º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria*. Brasília, DF: UnB. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/ix.ebbc.350>
- Villatoro, Francisco R. (2024), "El 89 % de las revistas científicas han subido el precio por publicar en abierto más que la inflación entre 2019 y 2023". *La Ciencia de la Mula Francis*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240730030308/https://francis.naukas.com/2024/07/10/el-89-de-las-revistas-cientificas-han-subido-el-precio-por-publicar-en-abierto-mas-que-la-inflacion-entre-2019-y-2023/>. Acesso em: 17 nov. 2024.
- Zhang, Lin; Wei, Yahui; Huang, Ying; Sivertsen, Gunnar. (2022), "Should open access lead to closed research? The trends towards paying to perform research". *Scientometrics*, v. 127, n. 12, pp. 7653-7679. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-022-04407-5>